



CM

## [ PERFIL ]

**→ O escolhido do PE**

Eurodeputado socialista português

**Deputado no Parlamento Europeu desde Julho de 2004, Luís Capoulas Santos (Montemor-o-Novo, 1951) chegou a secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural em Outubro de 1995, tendo ascendido a ministro da Agricultura em 1998, cargo que desempenhou até Abril de 2002. Após ter cessado funções ministeriais, reassumiu o cargo de deputado na Assembleia da República, tendo sido membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus e de Política Externa e vice-presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Licenciado em Sociologia, este eurodeputado é hoje membro efectivo da Comissão Parlamentar da Agricultura e da Comissão Parlamentar das Pescas, suplente na Comissão do Ambiente e Saúde Pública sendo ainda membro da Delegação para as Relações com os Estados do Golfo e o Iémen. FPC**

[desenvolvimento rural], do desenvolvimento rural, de forma progressiva – aplicar percentagens mais altas a quem recebe mais, tendo estabelecido degraus de 100 mil, 200 mil e 300 mil euros. A CE propõe que, para cada um destes, seja retirado 3%, 6% e 9% das ajudas respectivamente. A isto soma-se a modulação que já existe para todos de 8%. Assim, as verbas retiradas do 1º pilar, vão ser usadas para reforçar o desenvolvimento rural, o 2º pilar. Estou de acordo com o princípio da modulação, mas penso que as percentagens podem ser ajustadas. A modulação deve ser menor nos escalões mais baixos e a CE apenas isenta quem recebe até 5 mil euros/ano.

**Devia isentar até quanto?**

Não tenho posição definitiva, mas admito duplicar a isenção, só aplicar taxas de modulação a partir de 10 mil euros e, eventualmente, compensar este aumento da isenção com um acréscimo de modulação para os maiores beneficiários. Ainda neste capítulo, não estou de acordo que o 2º pilar tenha taxas de co-financiamento tão elevadas. No 1º pilar o financiamento é 100% comunitário e no 2º pilar há um co-financiamento de 50% na maioria dos países e de 25% para os países com dificuldades, como Portugal.

**A taxa de co-financiamento é demasiado exigente para alguns países?**  
Este co-financiamento é elevado e o facto de existir indica uma in-

**Porque diz “renacionalizar”?**

Se no 2º pilar as ajudas têm que ser co-financiadas, isto exige que um Estado para ter acesso aos fundos tem que por uma parte. Portugal tem dificuldades para o fazer, enquanto a Alemanha, por exemplo, não tem. Isto implica que quem tem maiores dificuldades tem menos dinheiro comunitário. Sou contra o co-financiamento mas, a existir, deve ser muito baixo.

**Vai propor uma redução na taxa?**

Sim, mas o meu relatório é apresentado a 14 de Julho e a CE apresenta hoje, portanto não quero comprometer-me, porque tudo isto implica negociações que podem fazer com que as percentagens variem.

**O que é negociável na sua proposta?**

Negociarei até onde conseguir manter a coerência com o que defendo, uma PAC mais justa, equilibrada na distribuição de apoios, entre agricultores, regiões e estados-membros, uma vez que essa diferença é enorme. Em média um agricultor português recebe 14 vezes menos que um dinamarquês. É inaceitável, e ainda é mais inaceitável que se introduzam alterações que não minimizem isto. Vou fazer algumas concessões para obter um equilíbrio coerente com o que defendo.

**A taxa de co-financiamento é demasiado exigente para alguns países?**

Este co-financiamento é elevado e o facto de existir indica uma in-

tenção de renacionalização da PAC. A UE deve continuar a ter uma política que trate por igual os estados com poderes económicos diferentes.

A abolição das quotas no leite deve ser travada.

Em média um agricultor português recebe 14 vezes menos do que um dinamarquês. É inaceitável.

Este é um momento em que se está a desperdiçar uma oportunidade.

A existência do ‘co-financiamento’ indica a intenção de renacionalização da PAC.

**“Houve ambição em excesso ao nível dos biocombustíveis”**

**A UE está a ser demasiado restritiva em relação aos organismos geneticamente modificados (OGM)?**

Relativamente a esta matéria tenho uma posição algo ambivalente, mas que não deve ser confundida com “politicamente correcta”, até porque o politicamente correcto é ser contra os OGM. Reconheço que há vantagens, mas também reconheço que há espaço de desconhecimento que exige precaução.

**Que vantagens e desvantagens vê nos OGM?**

Por um lado, as vantagens são ambientais, já que os OGM exigem menos herbicidas, mas por outro lado há um desconhecimento sobre eventuais problemas a longo prazo, ainda que em vastas zonas do globo já se usem há anos sem se conhecer quaisquer consequências negativas.

**Há excesso de zelo na UE?**

A UE tem sido cautelosa e é positiva essa cautela, mas a pressão é cada vez maior. Os OGM estão generalizados e a UE depende muito de importação. Veja o caso da soja, a maioria da produção mundial é com OGM e a UE importa a pe-

quena percentagem da produção mundial que não utiliza OGM, o que implica que paga mais caro, o que reduz a competitividade.

**Bruxelas deve mudar de posição?**

Penso que não se justifica alterá-la, mas devem ser aprofundadas, tão rápido quanto possível, as possíveis alterações, por forma a acabar com a indefinição e com autorizações mitigadas que vão saindo. É uma posição que não é sustentável por muito tempo. Outra questão é que, se se generaliza o uso de OGM na UE, os consumidores deixam de ter escolha. Por agora os consumidores ainda podem escolher produtos com ou sem OGM, ainda que estes últimos sejam cada vez mais caros.

**Outra crítica prende-se com a política para os biocombustíveis. A UE foi demasiado exigente?**

Sinceramente acho que sim, todos os decisores europeus, incluindo eu, temos de nos penitenciar, pois quando foi apresentada a proposta achei-a muito correcta e agora com esta surpreendente flexão no mercado vemos que talvez tenha havido ambição em excesso.